
Reforma Agrária para Quem? Discutindo o Campo no Estado de São Paulo

Bernadete de Castro Oliveira*

Em relação à política agrária, o Plano Verão significou uma etapa conclusiva no processo de contra-Reforma Agrária pelos setores governamentais. A extinção do Mirad desvinculou da esfera federal os canais de reivindicações dos trabalhadores e entidades, retirando junto com este órgão recursos e planos que estavam destinados a atender às necessidades mais urgentes dos trabalhadores no campo.

A transferência das questões da terra para o Ministério da Agricultura impede a ação direta do Governo nos conflitos, permitindo que o confronto seja tratado entre as partes interessadas como medição de forças - proprietários de terra e trabalhadores rurais. Isso reforçou os setores de direita a tomarem em suas mãos a solução dos problemas no campo, formando frentes anti-reformistas e paramilitares.

As ações devem ser definidas na esfera estadual, por governadores que estão comprometidos com a política atual de concentração da terra, de exclusão do trabalhador rural das decisões econômicas e de repressão aos movimentos no campo.

A economia brasileira em geral, e do Estado de São Paulo em particular, está organizada sob o capitalismo monopolista, o que significa um controle sobre a terra, a produção e a circulação de mercadorias, submetendo os trabalhadores aos capitalistas e proprietários de terra, impedindo assim que estes trabalhadores tenham direito aos frutos de seu trabalho.

No campo, a concentração da propriedade de terra não tem correspondido a um aumento da capacidade de produção, mas tem

* Aluna de Pós-Graduação em Antropologia Social FFLCH-USP.

aumentado o poder dos proprietários de tomarem para si grande parte da riqueza criada pelos trabalhadores - explorando o trabalho com baixos salários, se apoderando dos produtos agrícolas a baixos preços e especulando com a terra.

Outra característica da agricultura paulista está no que diz respeito à utilização da terra que tem mostrado a expansão de culturas subordinadas à indústria (cana, laranja, soja, algodão, mandioca, etc...), recebendo financiamentos e fazendo parte dos programas especiais do governo. Assim, grande parte dos investimentos são destinados aos setores que se ligam à indústria e/ou exportação, e não se voltam para a produção de alimentos para atender ao mercado interno.

O caráter monopolista da agricultura, impede a participação mais ampla dos produtores nos programas de assistência técnica, crédito bancário, de comercialização, (o que poderia contribuir para um aumento da produção e da produtividade), descapitalizando o campo, e **canalizando** o lucro para setores da agricultura e indústria não comprometidos em atender as necessidades da população.

O desenvolvimento da agricultura se fez de forma complexa, obedecendo a dois eixos fundamentais, e que muitas vezes se combinam, mostrando um processo desigual nesse desenvolvimento:

a) A subordinação da renda **da** terra ao capital - através da agricultura familiar/indústria ou a pequena agricultura aos grandes grupos atacadistas. Também a pequena produção sujeita ao capital financeiro (bancos), através do crédito agrícola, representa um exemplo desse processo;

b) Aumento da exploração sobre o trabalho no campo, tendendo a um crescente assalariamento, ao mesmo tempo que se recorre às **formas** mais variadas de extrair do trabalhador maior taxa de **mais-valia**, utilizando desde o trabalho de menores até o esquema de "barracão" nos canaviais, na região de Ribeirão Preto (Sertãozinho-SP), que utiliza o migrante temporário vindo de outros estados.

Essas características do desenvolvimento capitalista no campo continua, como um processo de maior concentração da propriedade da terra, com maior centralização dos capitais, aumentando seu controle sobre setores da agricultura, havendo monopólio de vários produtos agrícolas.

Esse modelo de desenvolvimento capitalista levou a uma mobilidade interna muito grande por vários segmentos da população (êxodo rural-urbano, rural-rural etc), aumentando as correntes migratórias em direção ao Norte e Centro-Oeste do país, bem como para países vizinhos (Paraguai, Bolívia etc).

Através de atrativos econômicos e financeiros, as elites dominantes estimulam grupos privados a participarem do processo de concentração de terra transformando-a em reserva de valor e de especulação.

Os incentivos fiscais oficiais são destinados essencialmente ao médio e grande proprietário, levando-os a modernizar a produção e tornando-a competitiva no mercado internacional, uma vez que os incentivos se destinam a produtos de exportação.

Simultaneamente se nega ao pequeno proprietário, posseiros, meeiros e outras categorias de agricultores, o acesso a uma política agrícola que fixe o homem na terra, especialmente aos recursos financeiros oficiais e incentivos, assim como se nega a infra-estrutura necessária a uma produção mais eficiente, voltada para o mercado interno.

A estrutura agrária do Estado de São Paulo evidencia a predominância das pequenas propriedades num total de 87% do n° de estabelecimentos correspondendo a 26% da área total. Os estabelecimentos médios (12%) ficam com 45% da área; e os 29% restantes da área total correspondem a 1 % do n° dos estabelecimentos, isto é, 1% das propriedades tem para si mais de 1/4 da área total do Estado.

Tabelas 1 e 2 - Estrutura Fundiária - Estado de São Paulo.

Tabela 1 - Número de Estabelecimentos Agrícolas no Estado de São Paulo Segundo Classe de Área - 1975 a 1985.

Classe de área (ha)	1975	1980	1985	%
-10	97.734	96.416	100.834	36%
10 a 100	143.400	139.510	143.992	51%
100 - 1000	34.377	34.517	35.389	12%
1000 e mais	1.819	2.108	2.621	1%
Total	278.349	273.187	283.295	100%

Tabela 2 - Área ocupada pelas propriedades agrícolas no Estado de São Paulo segundo classe de área - 1975 a 1985.

Classe de área (ha)	1975	1980	1985	%
-10	499.405	481.956	436.466	2 %
10-100	4.533.135	4.716.661	4.883.506	24 %
100-1000	9.805.848	9.160.400	9.295.125	45 %
1000 e mais	6.117.850	6.795.891	5.781.448	29 %
Total	20.555.588	20.181.000	20.445.547	100 %

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

A Diversidade de Relações de Trabalho no Meio Rural

As relações sociais no campo se caracterizam por uma diversidade muito grande no Brasil, constituindo formas diferentes de enfrentamento com o capital.

No Estado de São Paulo, onde se acha concentrada a indústria do país, a agricultura se revela através de categorias sociais muito distintas. Uma característica do Sudeste quanto ao meio rural é que apresenta uma quantidade considerável de pequenos proprietários, cada vez mais dependentes do mercado, livres das formas de dependência estabelecidas pelos antigos coronéis, mas diante da terra já na condição de mercadoria. Isto trouxe novas relações que não são mais as dos ocupantes, moradores etc, que ainda existem em outras regiões. Em São Paulo, o trabalho anteriormente executado por escravos nas fazendas passa pelo colono, por camponeses livres que colaboraram na abertura de novas fazendas, e em muitas regiões do Estado constituindo o regime de parceria. Evoluindo também para formas de trabalho assalariado, disponível à grande lavoura, ou para as cidades do interior como mão-de-obra disponível ao trabalho temporário. Uma parcela também se destinou à capital para o trabalho na indústria e serviços. (MARTINS - 1981; 63-67).

Essas transformações nas relações de trabalho foram acompanhadas por transformações na composição do capital na agricultura, representado pelas composições das classes dominantes que se assenhorearam da terra. Transformando o proprietário de escravos em proprietário de terras, e unindo depois em uma só pessoa proprietários fundiários e empresários (dos setores industrial, financeiro e comercial).

Atualmente, a identificação em uma só pessoa, de proprietário de terras e empresário, aparece nas usinas de açúcar e álcool. A industrialização de cana tem permitido a concentração de terras cada vez maior pelas usinas, ou desenvolvido fortes laços de dependência entre as usinas e fornecedores. Reúne grande massa de trabalhadores assalariados, utilizados sazonalmente para a colheita sob condições que permitem relações trabalhistas que levam à exploração máxima dessa força de trabalho.

O capital industrial em São Paulo estendeu sua ação sobre produtos como laranja, soja, algodão, mandioca, onde mais de 42% da produção dos mesmos é destinada à indústria, atrelando os produtores à empresa. Isto permite uma intervenção na produção, por parte das indústrias, que vai desde a utilização de insumos, sementes, ampliação das áreas de cultivo até a fixação dos preços dos produtos. (OLIVEIRA - 1980; 6 e 7).

Esse monopólio sobre a produção ocorre também pelo controle da comercialização, onde o destino da produção está voltado para os intermediários (atacadistas ou cooperativas), como: feijão, uva, abacaxi, banana, cebola etc.

Na criação de bovinos, os pecuaristas asseguraram grandes extensões de terra a oeste do Estado, incorporando áreas de lavoura na constituição de pastagens. Expulsando, assim, grandes contingentes de mão-de-obra para outras áreas do Estado ou para Estados vizinhos - Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A figura do proprietário rentista ainda aparece em algumas regiões do Estado onde a agricultura pequena e média tende a ampliar suas áreas de cultivo, buscando atingir o mercado com produtos comerciais como o amendoim, feijão, algodão, milho etc.

O Estado de São Paulo guarda importância considerável à pequena produção de base familiar: esta ocupava em 1980 o lugar de 52% de trabalhadores familiares, contra 48% de assalariados. É neste setor que o capital financeiro tem agido de forma ampla, apoiado pela política agrícola governamental. Os empréstimos para financiamentos e custeio das lavouras leva a um comprometimento da terra com o banco, fazendo com que o proprietário pague juros anuais, pois a renda que deveria ficar em seu poder é incorporada aos lucros bancários. Mesmo tendo por direito o título de propriedade, ele se torna, de fato, um "arrendatário" do banco, impedindo a capitalização na sua produção.

Devido ao desenvolvimento capitalista na agricultura, profundamente desigual e excludente, proliferam as mais diferentes combinações de relações sociais de produção no campo. Muitos camponeses com pouca

terra são também arrendatários ou parceiros ou vivem do assalariamento de sua força de trabalho parte do ano, ou exercendo outras atividades autônomas.

O Estado de São Paulo mostra uma composição quanto à condição de produtor que varia segundo as regiões. Mantém um crescimento entre 1980/85 quanto ao nº de estabelecimentos e área ocupada por:

arrendatários: nº de estabelecimentos (*aumento* de 2.187 unidades) e área ocupada (*aumento* de 258.463 ha);

posseiros: nº de estabelecimento (*aumento* de 1.820 unidades) e área ocupada (*aumento* de 8.963 ha).

No caso da parceria, no mesmo período, houve uma concentração da área ocupada e diminuição do nº de estabelecimentos: nº de estabelecimentos (*diminuição* de 2.412 unidades) e área ocupada (*aumento* de 163.550 ha).

Os assalariados na agricultura em São Paulo têm representado uma parcela significativa de trabalhadores nas grandes unidades capitalistas (bóias-frias). A luta pelos direitos trabalhistas tem levado a um confronto crescente entre esses assalariados e empresários, exigindo mudanças na legislação e ampliando a margem de negociações salariais e de condições de trabalho segundo interesse dos trabalhadores (como têm feito os bóias-frias das áreas de cana e laranja com os movimentos grevistas). Reforçando, assim, a necessidade de transformação da estrutura sindical, que não atende em sua maioria, às exigências de um contingente populacional que exerce pressões em várias cidades do Estado onde se concentram.

Outras categorias sociais se encontram marginalizadas no Estado, ou por não estarem integradas ao mercado mais amplo, ou por representarem grupos que se distanciam da ação direta e formal da exploração capitalista.

Nestes últimos anos a especulação imobiliária ao longo do litoral paulista tem expulsado grande número de famílias de suas terras, forçando-as a se afastarem da faixa litorânea, impedindo a realização de seu trabalho e sobrevivência: a pesca (e a "roça").

As terras indígenas no Estado de São Paulo representam mais de 4.500 ha espalhadas por vários municípios, inclusive o de São Paulo, algumas demarcadas, outras não, sofrendo a ameaça de invasão por especuladores e não assegurando os limites mínimos de sobrevivência da população.

Outra categoria que tem aumentado numericamente são os trabalhadores rurais sem-terra. É constituído por aqueles que foram expropriados, ou que não tinham terra própria para trabalhar (meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários), que resistem ao subemprego, emprego temporário ou assalariamento. No

Nº de Estabelecimentos e Condição do Produtor, Segundo as Microrregiões - SP.

Microrregiões	Condição do Produtor			
	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Alta Araraquarense				
Fernandópolis	4,8	3,3	15,0	4,0
Alta Arar. Votuporanga	1,6	1,3	3,6	1,0
Divisor Turvo-Grande	1,0	1,0	0,5	0,2
Médio S. José Dourados	1,1	1,0	1,4	1,0
Divisor S. J. Dour./Tiete	2,2	1,0	0,6	1,0
S. José do Rio Preto	3,2	1,3	4,0	1,1
Média Araraquarense	2,8	1,3	0,4	0,2
Barretos	1,0	1,4	0,3	0,5
Alta Mogiana	1,2	3,0	0,4	0,3
Açucareira de Piracicaba	1,0	1,3	0,3	0,4
Tatuí	2,5	1,7	0,3	1,3
Sorocaba	2,0	2,2	1,0	1,6
Serra de Jaboticabal	2,7	1,7	2,0	0,2
Ribeirão Preto	1,6	1,8	1,0	0,3
Araraquara	3,2	1,6	1,0	0,4
Jaú	1,6	1,0	0,5	0,1
Rio Claro	1,4	1,2	0,4	0,4
Campinas	2,8	2,4	3,5	1,1
Jundiaí	1,1	1,0	3,2	0,6
Planalto de Franca	1,4	1,0	0,3	0,1
Serra de Batatais	1,3	1,3	1,0	1,0
Depr. Per. Setentrional	2,1	1,8	2,1	0,6
Encosta Oc. Mantiq. Pta.	2,6	1,0	3,4	1,4
Estâncias Hidro. Pta.	2,0	0,5	2,2	1,0
Bragança Paulista	2,7	1,3	1,0	2,0
Alta NE de Araçatuba	3,0	4,6	2,8	0,3
Nova Alta Paulista	4,5	3,7	17,0	2,4
Alta NE de Penápolis	2,5	3,5	3,2	2,0
Bauru	3,2	3,0	5,0	2,0
Alta Paulista	2,6	2,0	2,5	0,6
Alta Soroc. Pres. Prudente	5,0	11,4	1,8	11,0
Alta Soroc. de Assis	2,7	3,7	0,8	2,1
Ourinhos	2,7	1,5	1,3	1,3
Serra de Botucatu	3,4	3,5	1,0	2,0
Campos de Itapetininga	4,7	8,4	5,2	12,2
Vale do Paraíba Pta.	2,4	2,8	0,3	2,6
Paranapiacaba	3,6	4,8	6,6	13,6
Apiaí	1,3	1,5	1,2	9,0
Baixada do Ribeira	2,4	1,4	0,8	7,0
Grande São Paulo	2,1	4,8	0,5	4,0
Alto Paraíba	2,5	1,5	0,5	2,5
Costa Norte Pta.	0,2	0,2	-	1,0
Baixada Santista	0,3	0,4	0,1	2,7
Totais	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Estado de São Paulo, o movimento dos sem-terra tem se caracterizado pelo questionamento da propriedade fundiária, do latifúndio inexplorado ou subutilizado, contrapondo-o a uma outra forma de direito à terra: o trabalho (a terra de trabalho). Negando assim, a função social da propriedade aclamada pelas classes dominantes como sendo aquela que permite o enriquecimento, seja através da produção capitalista ou simples especulação.

Tabela 3: Numero de Estabelecimentos Agrícolas e Área Ocupada Segundo Condição do Produtor - listado de São Paulo.

Condição do Produtor	Nº de Estabelecimentos			Área Ocupada (ha)		
	1975	1980	1985	1975	1980	1985
Proprietário	199.177	187.021	194.059	18.821.503	17.907.734	17.412.953
Arrendatário	29.507	29.194	31.381	948.478	1.267.732	1.526.195
Parceiro	32.292	40.234	37.822	377.579	594.524	712.974
Posseiro	17.373	16.738	18.558	407.968	451.079	460.042
Total	278.349	273.187	2X3.295	20.555.588	20.373.377	20.445.547

Tabela 4: Desapropriações e Assentamentos no período de 1985 - 1988 no Estado de São Paulo.

Desapropriações	Áreas c/Imissão de posse			Assentamentos Efetivados		
	nº de Decretos	Área (ha)	Área (ha)	% Desap.	nº	Área (ha)
20	76.704	15.182	20%	09	37.292	1:608

Fonte: Mirad e Mst

Propriedade Privada e Reforma Agrária

A questão da terra é vista de maneira diferente quando se trata das classes sociais envolvidas nesse processo, De um lado, os proprietários de terra aparecem defendendo seus interesses, enquanto proprietários; para que

seja reconhecido o direito de propriedade. Ao mesmo tempo, como capitalistas, exigem do governo uma política agrícola que os beneficie e caracterize sua propriedade como produtiva - empresa rural. Desse modo, o que estão querendo é o reconhecimento de que a terra é um negócio que gera renda e lucro.

A propriedade privada tem sido um dos pontos cruciais no debate sobre a questão agrária e urbana. A definição de seu caráter social tem sido manipulada pelos interesses dominantes de modo a não esvaziar seu princípio básico - o direito de propriedade. Este direito estabelece as condições em que os indivíduos, ao defenderem os interesses particulares de sua propriedade, aparecem como defensores de interesses coletivos e gerais perante a sociedade como um todo, e como tal, seus direitos aparecem como direitos do Estado sobre os cidadãos.

O estado burguês se sustenta em interesses representados pelos setores das classes economicamente dominantes, que procuram exprimir uma "vontade geral" (como sendo muitas vezes a "vontade nacional") que tem como substrato a propriedade privada.

Não é difícil entender hoje, em nossa sociedade, mediante uma Assembléia Nacional Constituinte (1988), que se aprovem todas as medidas de preservação do direito de propriedade privada com a tutela do Estado no que diz respeito à terra e outros bens.

O desenvolvimento do processo de troca, as formas que se apresentam nas sociedades ocidentais, foram codificadas e integradas pelo direito a uma jurisprudência que toma como base o direito inalienável dos indivíduos à propriedade.

Marx, ao tratar a relação do Direito com o Estado e a propriedade, evoca a figura jurídica do "jus utendi et abutendi", cuja expressão é dada como o direito de usar e abusar, deixando a propriedade dotada de sentido de livre arbítrio, de vontade privada. (MARX/ENGELS, 1974: 96/97).

Essa onipotência do estado burguês sobre a sociedade civil é também uma forma de alienação, que transforma em excluídos a grande parcela dos indivíduos. A natureza privada da apropriação reinscreve os sujeitos na ótica das exclusões, tomando ao longo da história uma regra geral. (BENJAMIM, 1987: 226).

No caso dos camponeses, a luta é feita noutra direção - é uma luta pelas condições de trabalho na terra, numa terra que garanta a sobrevivência e melhores condições de vida e não o lucro.

Nesse sentido, se opõe às relações de mercado enquanto estrutura básica, oferecendo resistência à lógica capitalista de acumulação. O que não quer dizer que, enquanto unidade de produção/consumo, esteja alheia às trocas mercantis, mas que as desenvolve a partir das necessidades e

perspectivas do grupo doméstico. Através dessa negação do valor de mercado, mostra a existência de uma racionalidade que se estabelece a partir de uma sociabilidade, de um direito, de uma moral, que negam princípios capitalistas de produtividade, de rentabilidade que valorizam o capital. Ao contrário, o cálculo econômico no sentido de um empreendimento familiar busca a valorização do trabalho como categoria estrutural das relações de produção. Decorrente disso, os termos "lavoura de subsistência" e "excedente econômico" têm que ser discutidos não do ponto de vista de uma economia de mercado, como normalmente é feito, mas se deve buscar sua definição a partir de características específicas no interior dessas unidades. Unidades que se diferenciam, no tempo e no espaço, das leis gerais de relações de produção determinantes ou globais, e muitas vezes como produtos antitéticos do desenvolvimento geral da sociedade.

Nesse sentido o desenvolvimento das forças produtivas, ao mobilizar esforços na direção de afirmar seus fins práticos, positivos quanto às relações de propriedade no interior da sociedade, gera simultaneamente sua negação. É nesse movimento contraditório do "ser social" e das "coisas criadas" que se deve buscar elementos que orientam novas práticas na direção da transformação.

No Estado de São Paulo a luta tem sido feita em várias frentes: contra a expropriação por aqueles que são pequenos proprietários; pela tomada da terra por aqueles que não a têm; pelo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores assalariados agrícolas etc...

Por isso, a defesa da Reforma Agrária tem que ser feita, não seguindo as imposições do governo e das classes dominantes, mas buscando na luta dos trabalhadores do campo o seu significado, levando em conta as diferentes categorias que compõem esse segmento da sociedade.

Bibliografia

- BENJAMIM, W.** - *Obras Escolhidas* - Brasiliense - SP - 1987.
- MARTINS, J. S.** - *Os Camponeses e a Política no Brasil* - Vozes - Petrópolis - 1981.
- MARX, K. e ENGELS, F.** - *A ideologia Alemã* - Ed. presença - Portugal - 1974.
- MTRST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- Balanço da Reforma Agrária em 1988 e nos Quatro anos da Nova República** - texto mimeografado — Secretaria Nacional - SP.
- OLIVEIRA, A. U.** - *Agricultura e Indústria no Brasil* - Boletim Paulista de Geografia - nº 58/1981 - AGB/SP.
- IBGE** - *Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário* - 1985 - RJ - 1987.

O Movimento Camponês de Trombas e Formoso

Ycarim Melgaço Barbosa*

O movimento de Trombas e Formoso foi o maior levante camponês ocorrido no Brasil nos últimos anos, no interior de Goiás (1948/60). Dirigido pelo Partido Comunista Brasileiro, PCB, que queria, ao aproveitar-se de uma situação de luta pela posse da terra em uma área localizada, criar uma guerrilha no campo e expandi-la para o resto do país, na tentativa de implantar uma reforma agrária radical.

Goiás era pouco povoado nos anos quarenta, um imenso latifúndio, fato que possibilitou ao governo de Getúlio Vargas implementar uma política de ocupação dos vazios demográficos no Centro-Oeste. O Estado Novo, na verdade, pretendia uma democratização da utilização da terra nos moldes capitalistas. Assim criou os projetos de colonização para onde deveriam dirigir-se os excedentes populacionais aglomerados nos centros urbanos, sem abalar, portanto, o sistema fundiário da grande propriedade existente no País.

Apenas em 1938 chegam as primeiras estradas no médio norte goiano, alcançando Uruaçu, a Transbrasiliana. Havia primeiro uma estrada de penetração até Corumbá, percorrida por carros-de-boi ou por tropas. Um comerciante de Uruaçu, para ampliar seus negócios, quando prefeito daquela cidade, decide abrir uma estrada até Corumbá. Posteriormente construíram-se outras estradas ligando Ceres a Uruaçu e a Goiânia. O palco de luta de Formoso ocorreu dentro do Município de Uruaçu (ver mapa) que era muito grande, abrangia quase todo médio-norte.

* Pós-graduando em Geografia Humana na USP.



Frente de Expansão

Em 1941, o Governo Federal, juntamente com o Estado de Goiás, cria a primeira colônia agrícola na cidade de Ceres (Cang). Dá-se início à divulgação de uma propaganda para a ocupação dos vazios demográficos, a famosa "Marcha para o Oeste": "Lavradores sem terra, venham para Goiás trabalhar na sua terra, decida pelo Governo". Doavam terras aos lavradores em lotes de 6 a 10 alqueires goianos (um alqueire goiano = 4,5 hectares). Mas o governo doava terras somente nas áreas de colonização e esse fato não ficou muito claro na época. A única concentração populacional encontrava-se no município de Goianésia (Cia. Cafeeira Goiana) de propriedade do capitalista Lunardelli, conhecido em

O governo Getúlio criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para endeusar o ditador. Desempenhava o papel do SNI hoje.

lodo o Brasil como o rei do café. Adquiriu do fazendeiro Jales Machado, pai de Octávio Lage, ex-governador de Goiás, uma propriedade de mais de quarenta e cinco mil hectares, onde se estabeleceu a exploração da mão-de-obra, nos moldes de produção capitalista com baixos salários e extensa jornada de trabalho.

A estratégia utilizada pelo Estado Novo para direcionar os excedentes populacionais para os vazios demográficos, com o intuito de ampliação do espaço econômico, foi apresentar o problema como sendo de segurança nacional, conforme afirmava Getúlio Vargas: "O Brasil sempre foi alvo da cobiça internacional. No período de entre-guerras as pretensões de utilização econômica dos vazios demográficos brasileiros decorrem da ameaça de uma segunda guerra mundial e das necessidades de abastecer a curto prazo o mercado mundial de elementos e matérias-primas"²⁹.

Exacerbou-se o nacionalismo popular, com ameaças da cobiça externa, e prometeu-se com o aproveitamento da capacidade produtiva das áreas não ocupadas atingir a Amazônia, via utilização progressiva, assim como promete-se o fim dos desequilíbrios regionais. Segundo Vargas "... o sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos para a integridade do país... A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país, evitando-se que existam irmãos ricos ao lado de irmãos pobres".³⁰

O contingente de camponeses em direção a Ceres intensificou-se a tal ponto que a colônia agrícola ali instalada não sustentava o enorme fluxo migratório. As pessoas chegavam de várias regiões, sobretudo de Minas e do Nordeste e como a Colônia não suportava, pela sua estrutura, o grande número de pessoas, estas dirigiam-se para Uruaçu. O povo foi penetrando e formou-se um núcleo de quarenta mil alqueires, povoando a região de Uruaçu que, ao desmembrar-se de Jaraguá em 1948, passa a ser uma comarca. Nomeia-se José da Veiga Jardim como o primeiro juiz de direito. Este dá início à legalização das terras, mas de forma fraudulenta. A comarca abrangia uma área muito grande com os municípios de Pilar, Itapaci, Porangatu, Aman Leite, até as divisas dos municípios do Paraná e Peixe.

A intenção do juiz de legalizar as terras naquelas áreas atraiu muitos advogados especialistas em questões de terra. Um deles, no entanto, ao lado do prefeito e do juiz, introduziu o "grilo", a legalização de forma fraudulenta. Descobriram que não haviam sido registradas em sesmarias

²⁹ DOLES, Dalízia Elizabeth, M. et alii, op. cit. p. 27. In: **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas - CARNEIRO, Maria Esperança.**

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 78.

populismo, procurou legitimizar aquelas pressões em torno das idéias nacionalistas³¹.

O pacto populista concretiza-se em Goiás com a eleição de Mauro Borges, filho de Pedro Ludovico, para governador em 1960. Mauro Borges, ao ser eleito pela máquina eleitoral do PSD, encontrava-se comprometido com as forças políticas tradicionais, os grandes proprietários de terra. Numa situação conjuntural propícia, onde as forças populares a nível nacional estão em luta por melhores condições de vida, o Executivo procura utilizar-se do apoio das classes subalternas, através de um plano de governo, o plano de "Governo Mauro Borges" que, na tentativa de legitimar sua administração, abraça a bandeira de uma "Reforma Agrária" controlada a partir de sistemas de colonização.

Num estado eminentemente agrícola como Goiás, a base de apoio popular que se buscou assentou-se principalmente na aliança com as classes subalternas do campo e as promessas decorrentes dessa aliança, fundamentadas na proposta de Reforma Agrária, foram instrumentos utilizados pelo Estado Populista, na busca de legitimação no campo em Goiás. Legitimação que, em última instância, significava a subordinação da classe dominada no campo aos interesses do Estado³².

O Governo Mauro Borges, na tentativa de barrar as decisões da "Reforma Agrária Radical", começou a utilizar da repressão para conter as reivindicações do homem do campo em Goiás, dentro dos limites da legalidade e do projeto de Reforma Agrária do Governo que se apegava à solução pela via colonizatória de pouca expressão. Esta política governamental limitou-se à criação dos combinados agro-urbanos e a distribuição precária de títulos. As promessas de "Reforma Agrária" no Governo Mauro Borges reproduziram, de certa forma, a política do governo Getúlio Vargas, quando instituiu a "Marcha para Oeste", uma vez que o objetivo foi o mesmo, ocupação dos espaços vazios do estado de Goiás, com o intuito de aliviar as pressões sociais e obter o apoio dos homens do campo no desenvolvimento econômico do estado, e as premissas norteadoras de um e outro obedeceram ao mesmo fio condutor, qual seja, fortalecimento do Estado Populista.³³

Para dar andamento à luta armada, o PCB adquiriu armas: fuzis, carabinas e dinamites para destruir as pontes das estradas de penetração na região. O interesse do partido era impedir o acesso ao meio-norte, região

COSTA, Clélia Botelho da. Estado e Luta dos Posseiros de Goiás, Tese de Mest. UFB/1978 - In: A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas - CARNEIRO, Maria Esperança.

Idem, *ibidem*, p. 86.

³³Idem, *ibidem*, p. 88-89.

de Trombas e Formoso, e jogar o guerrilheiro na mata. Nas matas, os guerrilheiros levavam vantagem, pois o PCB tinha a prática de guerrilha do campo, tanto que permaneceram fechados em Formoso oito anos e a polícia nunca conseguiu vencê-los. Isso não significa que a região de Trombas e Formoso tenha-se tornado uma área independente e com governo próprio no interior de Goiás. Esta afirmação constituía a ideologia da classe dominante para justificar as incursões militares em Trombas. Os posseiros não tinham um governo próprio, apenas faziam parte de uma associação de lavradores que tinha o seu líder, José Porfírio, para poderem defender-se da repressão dos latifundiários, do governo, e para manterem a posse da terra.

Depois de eleito, Mauro Borges enviou um agrimensor ao local que dividiu toda a área onde estavam os posseiros (1961). O governo de Mauro desapropriou áreas de latifúndios e indenizou os proprietários, mesmo tendo conhecimento que as áreas haviam sido griladas, para não desapontar os seus correligionários de campanha. Na verdade, Mauro recebeu o apoio dos dois lados: dos camponeses e dos latifundiários.

Em 1962, José Porfírio, já como deputado do PCB, participou do Congresso Regional de Trabalhadores Agrícolas de Goiás, quando recebeu o convite do Governo cubano para uma viagem à terra de Fidel Castro. Em 1963 segue para Belo Horizonte para presidir o Congresso Nacional de Lavradores com representantes de vários estados brasileiros. José Porfírio levou aos colegas de outras regiões a experiência de luta travada em Trombas e da implantação de sindicatos em Goiás.

Com o Golpe Militar de 1964, Porfírio retorna a Trombas pensando na resistência, mas não consegue organizar a luta devido aos conselhos dos camaradas do Partido. Foge, então, numa canoa pelo rio Tocantins em companhia de Geraldo Tibúrcio. Percorreram mais de mil quilômetros com a canoa a remo, indo residir na cidade de Balsas, estado do Maranhão, onde volta novamente à vida de trabalhador do campo.

Descoberto pelas forças de segurança através de seu filho, a Polícia Federal segue para Balsas e faz prisioneiro Geraldo Tibúrcio que **trabalhava** no momento de pedreiro. José Porfírio, na roça, foi avisado a tempo pelos amigos. Foge novamente e retorna para as serras de Trombas na clandestinidade. Toma conhecimento das resoluções do VI Congresso do PCB, que faz duras críticas ao movimento armado de resistência à ditadura militar e aponta caminhos dentro da estrutura do MDB (partido criado no regime militar para fazer oposição à Arena).

Diante dessas decisões tomadas pelo PCB, Porfírio, isolado no interior de Goiás, tenta fundar com o Padre Alípio de Freitas e demais

divergentes da Ação Popular Católica, o Partido Revolucionário Trabalhista, PRT.

Em 1972, Porfírio é preso, quando desencadeia-se forte perseguição militar nos vales do Tocantins e Araguaia, devido à tentativa de diversos elementos do PCdoB de organizarem uma guerrilha no sul do Pará e no norte de Goiás³⁴ (atual Estado do Tocantins). O líder foi processado e condenado por ser um dos fundadores do PRT, que defendia a luta armada. Solto a 7 de junho de 1973, desaparece misteriosamente em Goiânia no dia 9 do mesmo mês.

Bibliografia

1. ABREU, Sebastião de Barros, (1985). *Trombas: A Guerrilha de Zé Porfírio*. Brasília, Ed. Goethe.
2. AZEVEDO, Fernando Antônio, (1982). *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
3. CARNEIRO, Maria Esperança, (1986). *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia, Ed. UFGO.
4. MARTINS, José de Souza, (1986). *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópoles, Vozes.

³⁴ **Guerrilha do Araguaia.**